

Estoril Political Forum

19 – 22 de October 2020

New Authoritarian Challenges to Liberal Democracy

Lusophone Africa: The Challenges Ahead

A Integração Africana, a Lusofonia e os Novos Desafios da Parceria UE-África.

*João A. Conduto Jr.**

A África tem colocado a si própria, nos últimos tempos, grandes desafios transformadores com particularidades evidentes como a assunção por parte dos líderes africanos de um projeto consensual de integração económica a escala global do continente.

Eu vou dividir a minha breve intervenção em três pontos a saber:

1. Tendências atuais das economias africanas;
2. Posicionamento da África lusófona no quadro da integração do continente e do diálogo Europa-África, e
3. Contributos para a parceria UE-África.

1. Tendências atuais das economias africanas

A África está em crescimento em todos os sentidos. Nos últimos tempos, em termos económicos é a região que mais cresceu, depois da Ásia do Sudoeste. Houve dois momentos de instabilidade nesse crescimento, que são crise financeira de 2008/9 e a baixa da procura devido a “guerra comercial” entre a China e os Estados Unidos em 2014/15 que gerou tensões produzindo desequilíbrios nas integridades das cadeias de valores a escala global, e na altura, a expectável saída da Grã-Bretanha da União Europeia causou ainda mais perturbações nas expectativas económicas nacionais. A Grã-Bretanha saiu efetivamente, e o mundo está confrontado com uma pandemia.

Contudo, é preciso notar que o crescimento a que referimos, tem fragilidades formidáveis, pois assenta essencialmente na base de exportação de matérias primas, que representam cerca de 80% das exportações do continente. Este é um desafio que se deve assumir com firmeza!

A reflexão sobre o crescimento africano leva-nos a identificar tendências pouco descortinadas. Como sugere o professor Carlos Lopes¹, podemos destacar 3 megatendências, que são a demográfica, a energética e a tecnológica.

Megatendência Demográfica. O crescimento demográfico e juventude da população africana representam um sinal de que o continente está prestes a inaugurar um tempo de grande pujança em termos de força de trabalho jovem e qualificado. Projeta-se um crescimento populacional de 1,5 para 4,3 mil milhões de habitantes, em 80 anos. Em 2050 a África colocará

¹ Carlos Lopes foi secretário executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África, autor de diversas obras sobre a Economia, o desenvolvimento e sociedade. Atualmente é professor na University of Cape Town e desempenha funções junto da assessoria política do secretário-geral da ONU.

no mercado, uma força de trabalho mais educada e familiarizada com as novas tecnologias de informação, que ultrapassará a China e a Índia.

A classe média está a crescer vertiginosamente, revelando uma nova capacidade em termos de poder de compra. Estima-se que a classe média africana pode gastar hoje, cerca de 20 Euros por dia. Estes sinais anunciam uma nova era para o continente, o que obriga a projeção de um novo modelo de relacionamento entre a África e os seus tradicionais parceiros de desenvolvimento com destaque para a União Europeia.

No domínio do crescimento demográfico, os líderes africanos assumiram na Conferência da União Africana (Assembly/AU/Dec.601 (XXVI)) de janeiro de 2016, a importância de se empenharem de forma global nessa matéria, tendo dedicado o lema do ano de 2017 ao “Aproveitamento do Dividendo Demográfico através de Investimentos na Juventude”.

Megatendência energética. O continente africano chegou tarde ao acesso à energia elétrica. Trata-se da região com maiores índices de pobreza energética no mundo: por exemplo na região africana do sul de Sahara, há mais de 600 milhões de pessoas sem acesso a eletricidade e muitos outros milhões ligados a redes elétricas não fiáveis e/ou ineficientes que não satisfazem as suas necessidades diárias de serviços energéticos. A maior parte dos países da região em apreço, têm índices médios de acesso a eletricidade de cerca de 20% e estima-se que duas em cada três pessoas não têm acesso a serviços energéticos modernos.

Esta megatendência traduz-se na Reconversão energética. E como dizíamos a eletrificação chegou muita mais tarde à África que as outras regiões, mas chegou numa altura em que as energias renováveis oferecem melhores economias, sendo mais barata que as energias fósseis. Isto tem importantes implicações ambientais na perspetiva da sustentabilidade, que de resto é uma das grandes preocupações do nosso tempo. Assistimos a emergência de grandes iniciativas de investimentos no setor, pois os africanos estão a lutar para mitigar o gap energético, movendo-se no domínio das tecnologias limpas (ver por exemplo a iniciativa **AREI – African Renewable Energy Initiative**). A região possui condições únicas para o desenvolvimento da provisão de energias renováveis.

Megatendência Tecnológica. A fruição das novas tecnologias de informação em África é já uma realidade. As coberturas dos telemóveis fazem emergir oportunidades únicas no continente com destaque para as transações bancárias. As *Fintech* ganharam dimensão que ultrapassa todas as expectativas, o que faz que a África lidere neste domínio de transações. O Quênia é o líder mundial e tem ao seu lado nessa corrida, a África do Sul e a Nigéria. Há uma crescente efervescência neste setor, em toda África.

O Encurtar das desigualdades nos acessos aos instrumentos financeiros em África, graças ao ecossistema *Fintech* está a criar uma nova dinâmica com a inclusão financeira em grande escala, invertendo a tendência tradicional de concentração dos serviços bancários nos centros urbanos. Os dados da International Finance Corporation (IFC), sugerem que o acesso a serviços financeiros digitais, como *mobile money*, aumentou os níveis de consumo diário per capita das famílias no continente.

2. Posicionamento da África Lusófona no quadro da integração do continente e do diálogo Europa-África.

Os países lusófonos de África, para além da integração global no concerto das nações, são países localmente integrados, na sua maioria:

- Guiné-Bissau e Cabo-Verde na Comunidade Económica da Africa Ocidental (CEDEAO) sendo que Guiné-Bissau ainda integra a União Económica e Monetária Oeste Africana(UEMOA)
- Angola e Moçambique na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADEC - Southern African Development Community)

Para além da integração local, os países de expressão portuguesa integram ainda a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde fazem parte, para além de Portugal, o Brasil o Timor e a Guiné –Equatorial. Cada um dos PALOP tem a sua relação bilateral com a UE, com destaque para Cabo-Verde que tem experimentado um esforço para uma maior integração económica com esta comunidade.

Como de resto em toda a África, a União Europeia é o principal investidor em países africanos de língua portuguesa e tem apoiado esses países mais Timor Leste, de forma estruturada, com destaque para os setores de:

- Erradicação da pobreza
- Direitos humanos e democracia
- Estabilidade política
- Igualdade de género
- Proteção social & Emprego
- Proteção do ambiente.

Para nós, apesar de reconhecermos a importância desta dimensão de apoio ao desenvolvimento, toda esta lista é pouco interessante se não se focar na economia real. Os resultados desta cooperação em grande medida não se têm notado porque o que estes países e seguramente qualquer país em desenvolvimento, no atual quadro mundial precisa, é da concentração do apoio ao desenvolvimento na transformação estrutural e na criação de riqueza. O continente precisa de uma cooperação que ajude a fixar os recursos humanos locais e a abandonar a dependência das matérias primas.

3. Contributos para a parceria UE-África

Está patente entre os europeus que para reforçar a aliança estratégica da UE com África, dever-se-á propor iniciar discussões com os parceiros africanos com vista a definir conjuntamente na próxima Cimeira UE-UA uma nova estratégia abrangente da UE com África que poderia ser desenvolvida em cinco parcerias:

1. Uma parceria para uma transição verde e acesso à energia;
2. Uma parceria para a transformação digital;
3. Uma parceria para o crescimento sustentável e o emprego;
4. Uma parceria para a paz e governança;
5. Uma parceria sobre migração e mobilidade.

Segundo a Europa, “esta nova estratégia e estas parcerias estão em consonância com as prioridades comuns definidas pela UE e pela União Africana na Cimeira de Abidjan de 2017. Inspira-se, nomeadamente, nas discussões muito frutíferas entre a Comissão Europeia e a Comissão da União Africana, que tiveram lugar em Adis Abeba em 27 de fevereiro de 2020 e reflete as propostas da UE para os intercâmbios em curso com os parceiros africanos com vista à definição de uma agenda de parceria conjunta em a próxima Cimeira UE-UA em outubro de 2020. O envolvimento UE-África continuará a nível bilateral, regional e continental”.

Esta assunção estratégica e programática, não é mais do que a adaptação das novas tendências emergentes da teoria do desenvolvimento. Se é verdade que a África precisa trilhar o caminho de desenvolvimento assente nestes cinco vetores, não será menos verdade que a história tem mostrado que as inúmeras parcerias emanadas de uma infinidade de cimeiras, em nada têm surtido o efeito popalado na transformação da África.

O que realmente a África precisa:

- Transformação estrutural (revisitar os trabalhos do professor William Arthur Lewis (London, School Economics), o primeiro negro prémio nobel da economia.
- A fixação de quadros e de força de trabalho qualificado em África.
- Adoção de políticas comerciais profícuas e honestas. Apesar de inúmeros discursos de boa vontade, a UE continua a fortificar cada vez mais o protecionismo comercial face a África, usando novos subterfúgios.

A África acaba de estabelecer uma Zona de Comércio Livre Continental Africana(ZCLCA) que se projeta ser um dos maiores mercados a nível mundial.

Os objetivos gerais da ZCLCA plasmados no ato constitutivo são: (a) criar um mercado único de mercadorias e serviços, facilitado pela circulação de pessoas, a fim de aprofundar a integração económica do continente africano e de acordo com a Visão Pan-Africana de “uma África Pacífica, Próspera e Integrada” na Agenda 2063; (b) criar um mercado liberalizado de mercadorias e serviços, mediante sucessivas rondas de negociações, (c) contribuir para a circulação de capitais e de pessoas singulares, facilitando os investimentos com base nas iniciativas e desenvolvimentos nos Estados Partes e nas CER; (d) estabelecer as bases para a criação de uma união aduaneira continental numa fase posterior; (e) promover e alcançar um desenvolvimento socioeconómico sustentável e inclusivo, igualdade do género e a transformação estrutural dos Estados Partes; (f) reforçar a competitividade das economias dos Estados Partes no mercado continental e mundial; (g) promover o desenvolvimento industrial através da diversificação e o desenvolvimento das cadeias de valor regionais, o desenvolvimento da agricultura e a segurança alimentar; (h) resolver os desafios relacionados com a adesão múltipla e a sobreposição dos membros, bem como acelerar os processos de integração regional e continental.

Os principais fundamentos da ZLCCA residem na observação empírica de que o comércio intra-africano é muito mais diversificado do que as transações com o exterior do continente. No entanto, a percentagem de comércio intra-africano é relativamente baixa, tendo situado em 17% em 2017, travada por elevados direitos aduaneiros entre os blocos sub-regionais e um caudal de barreiras não pautais.

O processo de integração no continente, é fortemente encorajador e espera-se que a ZLCCA venha transformar a forma como África atua no comércio, esperando-se que o comércio intra-

africano aumente de 15% para 25%, e que o impulso que se pretende dar ao comércio de bens industriais, acelere a diversificação das economias africanas.

A integração regional requer não apenas políticas comerciais, mas sobretudo um ambiente propício ao investimento, industrialização, forte infraestruturação, assim como novas tecnologias que atendam às necessidades dos futuros mercados africanos.

Muito obrigado.

(*) – Engenheiro Químico, Mestre em Economia Internacional, Investigador universitário e consultor internacional.